

17 ABR 1995

Quando é importante recuar

ROGÉRIO WERNECK

Na política econômica, como na vida, muitas vezes a melhor alternativa é voltar atrás. Mesmo que isto não seja muito simples. É claro que não se conta com a comodidade de um computador que, através do comando *desfazer*, possa sempre reverter qualquer passo dado por engano ou que dê lugar a resultados indesejados. É difícil que tal comando leve a economia de volta exatamente à situação anterior, desmanchando todos os efeitos do passo que se quer reverter. Ainda assim, muitas vezes pode ser a decisão mais acertada.

Recentemente, logo após o Carnaval, o uso do comando *desfazer* na condução da política econômica foi ilustrado, ao vivo e a cores, pela decisão do Banco Central de dar o dito por não dito e voltar atrás na introdução das duas bandas cambiais. Ficaram os danos, que não foram poucos, mas foi melhor assim.

A elevação para 70% das tarifas incidentes sobre automóveis e eletrodomésticos importados é outra iniciativa a merecer o comando *desfazer*. Trata-se de uma medida intempestiva, decorrente do susto do Governo com a onda de antecipação de importações de automóveis que ele próprio deflagrou no início do ano, quando colocou em dúvida a manutenção da abertura.

A iniciativa lançou a economia na trilha perigosa da abertura sem credibilidade. O temor de novos retrocessos na política comercial deixa agora as contas externas vulneráveis a outras ondas de antecipação de importações, seja de bens de consumo seja de bens intermediários e até mesmo de bens de capital.

Por outro lado, para o programa de estabilização, a medida representa um abandono temerário do plano de jogo previamente traçado. Uma perna fundamental do programa foi quebrada. Como será possível agora evitar que a volta da ciranda de reajustes inflacionários de preços e salários nos setores oligopolizados se alastra pelo resto da economia? O governo pensa em recriar o CIP? Espera-se que não.

Tendo lidado com uma situação de excesso de demanda no mercado de automóveis através de uma restrição da oferta, o Governo assiste agora aos desdobramentos naturais da medida anunciada. Confortavelmente instalada atrás de uma tarifa de 70%, a indústria automobilística já anuncia seus aumentos de preços. E volta a adotar uma postura docemente complacente nas negociações salariais com os

sindicatos. Veja-se, por exemplo, o acordo salarial recente feito pela *General Motors* em São Caetano. É a volta da paz social do ABC, paga, como de hábito, pelo resto do abecedário.

É bom ter em mente que a elevação de tarifas já foi anunciada com a promessa de um comando *desfazer*. Já temendo a má repercussão, o governo anunciou-a como provisória, prometendo revertê-la dentro de um ano. O problema é que a promessa não parece muito crível. E um ano é muito tempo. Até lá os desdobramentos da medida já terão assumido proporções desastrosas.

A esta altura, seria simplesmente falta de juízo propor que a medida seja repentinamente revertida. O caso ilustra as limitações do comando *desfazer* em política econômica. A desconfiância na abertura já está lançada. Uma reversão repentina do aumento de tarifas simplesmente precipitaria uma enxurrada de importações. Mas, afortunadamente, uma reversão mais lenta da medida oferece a possibilidade de efeitos extremamente convenientes.

Sobre reputação e credibilidade, bem se sabe que "é mais fácil manter do que recuperar". Mas é fundamental que a credibilidade da abertura seja restaurada. E para isto o governo pode tomar uma iniciativa muito simples que envolve apenas ser mais concreto na sua promessa de reverter o aumento de tarifas dentro de um ano. Pode desde já anunciar um cronograma mensal de redução paulatina dessas tarifas de forma a que dentro de 12 meses elas tenham retornado aos seus níveis anteriores.

Além de contribuir para restaurar a credibilidade de abertura, a medida poderia ter outros efeitos muito convenientes do ponto de vista do esforço de estabilização. Ela não só estimularia o adiantamento do que resta de demanda pelos produtos importados afetados pela elevação de tarifas. Estimularia também o adiantamento das compras de automóveis e eletrodomésticos produzidos internamente, deflagrando um corte substancial de demanda a partir do núcleo do setor industrial do País, com efeitos macroeconômicos particularmente oportunos no momento atual. E isto poderia dar um pouco mais de espaço de manobra ao governo para preparar mais abrangentes de corte de demanda, com efeitos mais duradouros.

Por último, vale perguntar: se a reversão do aumento de tarifas não será paulatina, o que tem em mente o governo? Que em abril de 1996 elas voltem aos seus níveis originais? Se é isto, fica ainda mais difícil acreditar na promessa da reversão.

Rogério Werneck é economista e professor da PUC-Rio